

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Tiago Dias Motta

**COMJOV SOROCABA, uma análise do Conselho Municipal de Juventude
de Sorocaba, como espaço de controle social e participação**

**SÃO PAULO
2013**

Tiago Dias Motta

**COMJOV SOROCABA, uma análise do Conselho Municipal de Juventude
de Sorocaba, como espaço de controle social e participação**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização
em Gestão e Políticas Públicas, apresentado ao
FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política
de São Paulo.

Tutor Orientador: Prof^o Ms. Eduardo José Grin

**SÃO PAULO
2013**

Este trabalho é dedicado a todos os/as jovens que lutam e sonham com uma sociedade mais justa e igualitária, e lutam por seus sonhos e direitos, mesmo em espaço aonde não são reconhecidos como sujeitos de direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que têm a cada dia me provado que seus caminhos são mistérios, e a mim cabe confiar e ter fé, sem me esquecer de correr atrás e lutar.

Agradeço a minha família. Meu pai **Manoel** ; a minha mãe **Adélia**; e em memória a minha mãe **Jane**. Aos meus irmãos: **Mateus, Daniel e Cristiano**, pois são eles a base das minhas lutas, e fazem parte da minha vida, pois a pessoa que sou, passa pelas vivências, conversas e partilhas vividas com eles.

Agradeço aos meus sobrinhos: **Gabriel, Lucas e Pietro**. E a minha sobrinha **Giovanna**, pois é na pureza das suas infâncias, que me acalentam os sonhos de lutar por uma sociedade melhor.

Agradeço aos professores que através das aulas, puderam partilhar comigo e com meus pares seus conhecimentos acerca de um tema tão importante que é a Gestão e as Políticas Públicas. Em especial ao Prof^o Ms. **Eduardo José Grin**, que foi o tutor orientador da minha turma de especialização.

Agradeço aos jovens e as jovens do Conselho Municipal de Juventude da cidade de Sorocaba, por partilharem comigo e colaborarem na construção deste trabalho.

Um agradecimento muito especial a uma pessoa, minha noiva **Roberta**, que a cada dia tem me incentivado a crescer pessoalmente, profissionalmente, e academicamente, e por me fazer uma pessoa melhor.

TIAGO DIAS MOTTA

“Somos milhões, somos multidões.
Em favelas, campos e meios populares.
Somos tudo, e o tudo é o que queremos.
Não queremos só lazer e cultura.
Queremos dignidade e nossos direitos respeitados.
Somos o hoje, e se nos deixarem poderemos ser o amanhã.
Organizados ou não, somos a cara do mundo.
Descolados para a moda.
Delinquentes para a sociedade.
Vitimizados.
Oprimidos.
Lutadores.
JOVENS.
Somos a utopia do amor.
Não queremos mais morrer nas mãos da injustiça.
Não queremos mais morrer nas ruas da discriminação.
Não queremos mais morrer nas casas da obrigação.
Não somos apenas números.
Não somos maioria.
Somos jovens;
De tribos, grupos, pastorais, organizações, etc.
Jovens de um presente lindo, mas que morrem todos os dias sem a chance de lutar.
Morrem a cada dia com descaso,
Morrem a cada dia com a violência.
São exterminados pela cegueira e pelo silêncio de nossas autoridades.
Morrem calados.
Assassinam sonhos.
Suicidam planos.
Tiram de nós o canto que encanta.
Perdemos a cor.
Somos jovens de todo lugar com um sonho em comum:
VIVER!
Viver Plenamente!”

Autor Desconhecido

RESUMO

O trabalho de Conclusão de Curso apresenta a um estudo sobre o COMJOV (Conselho Municipal do Jovem) da cidade de Sorocaba/SP, criado no ano de 2005, sendo um pioneiro na luta por políticas públicas de juventude, que no Brasil, também se iniciaram naquele ano. Tem uma vida de participação que ainda não consegue atingir a toda a população juvenil da cidade, porém alguns grupos organizados de juventude, tem esse espaço como um espaço de articulação, planejamento e discussão acerca das Políticas Públicas de Juventude. É um estudo sobre o porquê dos jovens membros, conselheiros, participarem, e também uma pequena análise acerca da visão dos mesmos do conselho de direitos como espaço de controle social e participação.

Palavras-chave: Políticas Públicas para a Juventude; Sorocaba; Conselhos de Juventude; Estatuto da Juventude.

ABSTRACT

Work Completion of course presents a study on the COMJOV (Municipal Council of Youth) of the city of Sorocaba / SP, created in 2005, being a pioneer in the fight for public policies concerning youth in Brazil, also began that year. It has a life of participation that still can not reach the entire youth population of the city, but some organized groups of youth, has this space as a space of articulation, planning and discussion of the Youth Public Policies. It is a study about why the young members, counselors, participate, and also a small review about the vision of the board of the same rights as a space for social control and participation.

Key words: Public Policies for youth; Sorocaba; Youth Councils; Youth Statute

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- COMJOV** – Conselho Municipal do Jovem (cidade de Sorocaba)
- CONJUVE** – Conselho Nacional de Juventude
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC** – Ministério da Educação
- NAIS** – Núcleo de Acolhimento Integrado Sorocaba
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PEC** – Projeto de Emenda Constitucional
- PNAS** – Política Nacional da Assistência Social
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPJ** – Políticas Públicas para a Juventude
- PROJOVEM** – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
- PROUNI** – Programa Universidade para todos
- SEDH** – Secretaria de Direitos Humanos
- SNJ** – Secretaria Nacional de Juventude
- SUAS** – Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 SOBRE A JUVENTUDE	17
2.1 DIMENSÕES DA CONCEPÇÃO DA JUVENTUDE	18
2.2 SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE	21
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A JUVENTUDE	22
3.1. INTRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, CONCEITOS E RESGATE HISTÓRICO.....	22
3.2. NÍVEL FEDERAL - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE E CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE).....	24
3.3. NÍVEL ESTADUAL - SECRETARIA ESTADUAL DE JUVENTUDE E CONSELHO ESTADUAL DO JOVEM.....	25
3.4. NÍVEL MUNICIPAL - COORDENADORIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE E CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE (COMJOV).....	25
4 SOROCABA	26
5 PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA VISÃO DOS JOVENS CONSELHEIROS	28
5.1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS	28
5.2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
BIBLIOGRAFIA	34

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, busca fazer um estudo localizado de um espaço que é o Conselho Municipal de Juventude da cidade de Sorocaba, buscando compreender e ampliar entre os membros conselheiros, os conceitos de políticas e gestão pública, de Participação e Controle Social.

Como ponto de partida, fazemos uma pequena introdução acerca do sentido de juventude, tendo por finalidade conhecer a construção desse segmento social; e tomemos por definição, de modo a orientar a nossa pesquisa, a faixa etária que é utilizada pelos mais diversos meios, principalmente, o CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) e o Governo Federal, para a elaboração das políticas públicas que tem o jovem como foco.

Para chegarmos ao espaço local, procedemos um recorte sobre as estruturas governamentais direcionadas a formulação, efetivação, avaliação e execução das políticas públicas; a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, e os Conselhos Municipais, com um recorte especial e direcionado a realidade social da cidade de Sorocaba, que conta com atualmente com uma Coordenadoria de Juventude, e com um Conselho Municipal de Juventude (COMJOV).

Para maior entendimento acerca da participação dos jovens neste espaço, o trabalho apresenta um breve histórico da cidade de Sorocaba, assim como dados atuais, contextualizando também a população juvenil e sua representatividade dentro da população total no município.

O interesse pelo tema, Políticas Públicas, principalmente as direcionadas aos jovens, faz parte do meu histórico acadêmico, tendo em vista que para a minha graduação, fiz uma análise com diversos jovens da cidade de Sorocaba, acerca do seu conhecimento das políticas públicas de juventude, isto no ano de 2011, que tinham o jovem como centro.

A pesquisa, não tem o interesse de buscar analisar, como os jovens, hoje membros do Conselho Municipal de Juventude da cidade, enxergam a sua ação dentro do mesmo, mas entender o que os leva a participar desse espaço, que muitas vezes é utilizado pelos poderes públicos como estrutura gerencial, e não como espaço de participação política e controle social, dessa forma, buscamos entender o que motiva os jovens a fazerem parte do conselho, assim como o que eles acreditam que podem fazer, nas questões de participação e controle social.

Para as entrevistas, de um número de jovens participantes ativos do Conselho Municipal do Jovem, que possui em sua estrutura lugar para 30 jovens, porém vemos que os jovens atuantes e participantes, não se chega a 1/3 dos mesmos, tendo em vista que a composição do conselho obedece uma norma de 1/3 membros da sociedade civil, 1/3 membros de entidades e grupos que trabalham com juventude na cidade e 1/3 membros indicados pelo poder público municipal. A pesquisa foi realizada com 5 dos 10 membros atuantes do conselho, verificado essa atuação através das atas de reuniões, dos meses anteriores (janeiro, fevereiro e março), assim sendo, buscamos através de uma análise qualitativa a reflexão e visão dos mesmos sobre as temáticas norteadoras do trabalho: Participação e Controle Social.

Como ilustração também traçamos um perfil socioeconômico dos jovens, em questionário quantitativo, de modo a conhecermos um pouco mais sobre os jovens participantes.

Espero que com esse Trabalho de Conclusão de Curso, ampliar os diversos materiais que se encontram sobre os Conselhos de Direitos, mas também auxiliar os jovens participantes que ampliem a sua visão acerca destes espaços e da sua importância. O que também pretendo continuar ampliando a produção acadêmica, tendo em vista que agora inserido no Mestrado Profissional, da Fundação Perseu Abramo, eu consiga ampliar o debate acerca da Participação e Controle Social, através dos Conselhos de Direitos.

Pois acredito que a transformação social que tanto buscamos, se dará através da Participação e Controle Social, não somente dos interessados no tema, mas de todos e todas os cidadãos, que acreditam, sonham mas também lutam para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. SOBRE A JUVENTUDE

O conceito acerca da juventude vem sendo desenvolvido no mundo de acordo com suas mudanças econômicas, sociais e políticas, ou seja, cada cultura absorve e identifica os seus jovens dentro de um processo histórico que vem desde a antiguidade até a atualidade.

A definição de juventude pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como a faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração... Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente, é a partir dessa dimensão também que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas. (FREITAS, 2006, p. 8).

O aparecimento do conceito de juventude, como segmento social, que então é identificado se dá após a Era Industrial, até esse momento os seres humanos, e a sua classificação social se dava por: crianças, adultos e idosos. Quando se passa a reconhecer a juventude como uma etapa do desenvolvimento humano, que não é a infância e nem a maturidade, esse conceito ganha força, e vem se desenvolvendo até os dias atuais. Trabalhar com esse conceito exige o entendimento de que a juventude tem seus próprios anseios, as suas próprias especificidades, e para que se olhe de maneira correta devemos abandonar os preconceitos e as formas pré-determinadas:

Juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas ele têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídias que atravessam nosso cotidiano. (ABRAMO, 2005, p. 29).

A figura do jovem é concebida como sinônimo de vigor físico, força, atualidade, desafio e possibilidade de transformação da sociedade, sendo considerados elementos fundamentais para o desenvolvimento e mudanças sociais por carregarem dentro de si, uma predisposição ao novo, um sentido de busca, de descoberta, fator esse que atualmente se entende por protagonismo juvenil, jovens buscando serem construtores da história e não mais meros espectadores.

Colocando em evidência alguns dados estatísticos, constata-se que o Brasil tem sua população de jovens – na faixa etária dos 15 a 24 anos – constituída de 34 milhões, formando aproximadamente 20% do total da população brasileira. Quando se estende os indivíduos até os 29 anos, esse número passa para 48% do total da população brasileira; 20 milhões (58,7%) vivem em famílias com renda per capita de até um salário mínimo; 1,3 milhões desses jovens são analfabetos, sendo que 900 mil são negros. (dados BASE, PÓLIS, 2006).

Na década de 90 os jovens entre os 15 e 24 anos, eram cerca de 25 % da população economicamente ativa no Brasil, e que foram fortemente atingidos pelo desemprego. Para se ter uma idéia em 1989 o Brasil possuía um milhão de jovens desempregados e em 1998, este número passa para 3,3 milhões. (POCHMANN apud SOUZA, 2010). Com os indicadores sociais que demonstram um crescimento econômico, e um fortalecimento social do país, e preocupante que grande parte dessa população juvenil, considerada dentro da População Economicamente Ativa (PEA), seja atingida por essa expressão da questão social.

2.1. Dimensões da concepção de Juventude

O Conceito Demográfico de Juventude classifica os jovens de acordo com suas especificidades históricas, econômicas e culturais de cada país, a idade pode variar entre 12 e 24, 15 e 24, 15 e 29.

Para esse trabalho definiremos juventude com faixa etária entre 15 e 29 anos, faixa essa que é utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para classificar esses jovens; assim como também adotada pelo Governo Federal do Brasil, quando da formulação de políticas públicas que tem a mesma como foco. Essa classificação se subdivide em 3 (três) grupos distintos, a saber:

- I. Jovem Adolescente – de 15 a 19 anos
- II. Jovem Jovem – de 20 a 24 anos
- III. Jovem Adulto – de 24 a 29 anos

Tendo por base um quadro desenvolvido pela ONU, e respeitando a diversidade de classificação para a juventude adotada em cada país, vemos que na América Latina a população juvenil atinge aproximadamente de 15% a 20 % da população destes países. Por exemplo, no Brasil, o percentual populacional de jovens é de 17,9% da população total do

país, dados esses coletados em 2007. O quadro abaixo representa a porcentagem de juventude dentro de alguns países.

País	% da população jovem
Brasil	17,9%
África do Sul	19,8%
Argentina	16,5%
Canadá	13,0%
Chile	17,0%
Colômbia	18,4%
Cuba	13,8%
EUA	13,9%
Espanha	10,8%
Guatemala	20,0%
México	17,8%
Portugal	11,5%
Sierra Leone	19,0%
Venezuela	19,0%

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ano 2009

Podemos entender que a juventude na sua média representa de 15% a 20% da população mundial, fator este que traduz a necessidade de atenção quanto a seus anseios e sonhos.

O reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos, no Brasil, tem a sua história recente, as primeiras iniciativas para a formulação de políticas públicas de juventude no país são do ano de 2005, com o surgimento do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) e o PROJOVEM, programa que buscava inserir, e aumentar o grau de escolaridade dos jovens, assim como reduzir o número de jovens que tem seu processo educacional interrompido, pelos mais diversos motivos. Esse processo de reconhecimento tem um ponto fundamental que foi a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 42/08, conhecida como PEC da Juventude, que permitiu a inclusão do termo jovem, no capítulo VII do título VIII da nossa Constituição. A inclusão do termo jovem, no capítulo que trata dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso, faz com que o jovem também passe a ter prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura.

A juventude, pela abordagem psicológica e social, é entendida dentro dos efeitos de sua maturidade conforme seus padrões de comportamento, cultura e vivências com família, amigos e outros. São vários os estudiosos que apontam essa fase como estando localizada entre a vida infantil e a vida adulta, e dessa forma sendo permeada de contradições na formação de sua identidade; sua visão de sociedade e a concepção ética que irão nortear suas ações na interação das relações sociais.

Para Dayrrel (2003): “A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona”.

Já na concepção biológica, a juventude para alguns estudiosos é um processo de transição, entre a infância e a maturidade, e neste tempo que os jovens trocam o seu corpo infanto-juvenil pelo corpo adulto, desenvolvendo plenamente todas as suas funções (seja na questão sexual ou mesmo no desenvolvimento fisiológico, com o ganho de estatura e/ou massa óssea e maturação do cérebro).

Para Maria Rita Kehl (2004), “A cultura do jovem e seus valores são expressados em gírias (dialeto), roupas, musicalidade como no Hip Hop, rap, esporte radicais, grafite, ou seja, tudo para passar de forma irreverente sua forma de pensar e agir”. Dando assim a abordagem cultural sobre a juventude, de forma que, hoje em dia podemos verificar que as organizações e/ou grupos juvenis são uma presença maciça na sociedade, mesmo quando não reconhecidas pelos poderes públicos, que durante muito tempo se omitiram a essa parcela da população e bem mais do que sujeitos de direitos são vistos e tratados como consumidores em potencial.

Todos os jovens buscam a inclusão social, todos querem ser aceitos e respeitados dentro do grupo a qual pertence, a concepção cultural varia de acordo com seus costumes, crenças, valores, meio em que vive, querendo ser ao mesmo tempo “igual e diferente aos outros”.

A juventude sempre existiu, cada um com sua época, mudaram o mundo com suas canções, suas vestimentas, seus vícios e atitudes, com isso arrastando multidões, e construindo a história.

2.2. Sobre o Conceito Juventude(s)

Segundo Dayrell (2003) a juventude é: “[...] um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida”. Para ele, a juventude é parte de um processo natural do ser humano dentro da sua concepção de formação, mas esse processo está carregado de especificidades, que são parte importante na construção do ser social. Numa abordagem social, isso se daria conforme suas experiências de vida, oportunidades, a família, entre outros aspectos.

Assim sendo, carregado dessas especificidades, e das inúmeras realidade aonde estão inseridas, inúmeros estudiosos não classificam mais essa parcela populacional como Juventude, mas sim como Juventude(s).

Tanto os jovens como o Estado, devem ter noção que essa população juvenil é parte dos chamados “Sujeitos de Direitos”, e não podem ter seus direitos primordiais, seus Direitos Humanos¹ desrespeitados, mas devem lutar contra todos os tipos de privações.

A realidade social na qual estamos inseridos nos faz ver que muitos e muitas jovens sofrem diversos tipos de privações, naqueles que são considerados direitos inatos ao ser humano, tem seus direitos fundamentais e sua dignidade intrínseca de ser humano, desrespeitada; deve-se reconhecer primeiramente como pessoa humana, e lutar contra essas privações que são conflituosas contra um dos grandes norteadores na questão dos direitos, que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como vemos:

Apesar desse cenário angustiante, já está se consolidando, entre nós, o reconhecimento da *dignidade intrínseca de todo ser humano*. Isso significa que qualquer indivíduo, em qualquer lugar, deve ser respeitado como portador de direitos – é este o significado do artigo VI da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: o de ser “reconhecido como pessoa perante a lei”. Essa palavra “lei” resume o conjunto de direitos e deveres de cada um, justamente por ser pessoa, pela sua natureza superior a todos os demais seres vivos, independentemente de quaisquer outras condições. (BENEVIDES, 2004, p.35).

¹ Direitos Humanos são aqueles comuns a todos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual e julgamento moral. Recorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca a todo ser humano. (BENEVIDES, 2004, p.36)

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A JUVENTUDE

A realidade da juventude Brasileira é contraditória, pois carrega consigo a esperança nas novas gerações e uma triste realidade urbana, sendo os jovens as principais vítimas da violência, tendo as suas vidas interrompidas, exterminadas e dizimadas, fatores estes que podem ser constados e consultados, nos estudos denominados Mapa da Violência, e o do ano de 2013, nós traz um alerta: “Foi precisamente a grande preocupação com os índices alarmantes de mortalidade de nossa juventude que nos levou a traçar o primeiro desses mapas e continuar depois com os outros estudos e projetos” (p. 12).

3.1. Introdução sobre Políticas Públicas, conceitos e resgate histórico

As Políticas Públicas no Brasil, tem seu histórico reforçado e ampliado, dentro do processo de transição democrática, que após longos anos de uma visão centralizadora e autoritarista da ditadura, dá espaço para a consolidação da participação política através da Constituição de 1988, que buscava ampliar a participação da sociedade e descentralização das políticas públicas, neste contexto surgem então os espaços de participação institucional, denominados Conselhos de Direitos, que surgem como espaço de democrático para a relação entre a sociedade e o Estado. Estes espaços buscam ampliar o conteúdo democrático da vida política, e propiciar uma maior eficiência econômica e social no uso dos recursos públicos, sem claro esquecermos que estes espaços devem funcionar como espaços de educação política e de construção e exercício da cidadania. Espaços estes que devem atingir todas as esferas de políticas públicas existentes, como por exemplo, saúde, educação, assistência social, etc.

Sucintamente, os conselhos são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2011, p.7)

Os conselhos de direitos, são via de regra, criados por lei, regidos por um regulamento/estatuto aprovado por seu plenário, com composição paritária entre a sociedade e o governo, podem assumir atribuições consultivas, deliberativas e/ou de controle, porém tem um caráter obrigatório quando os repasses de recursos ficam condicionados a sua existência.

Dentro das PPJs, a constituição de conselhos de direitos, foi um dos primeiros passos adotados pelo governo federal, no ano de 2005, quando criou-se o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), para que funcionasse como um espaço de formulação, execução, planejamento e avaliação das Políticas Públicas de Juventude.

Segundo o Guia Políticas Públicas da Juventude (2006): “O objetivo das políticas públicas é colocar estas informações à disposição dos jovens, lideranças sociais, governos municipais e estaduais, organizações da sociedade civil e cidadãos que possam se interessar pelas políticas públicas”.

Dentro das políticas públicas de juventude, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), apresenta como principais desafios: ampliar o acesso ao ensino e a permanência de jovens em escolas de qualidade; erradicar o analfabetismo; preparar jovens para o mundo do trabalho; gerar trabalho, emprego e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

A participação política da juventude passa a acontecer a partir do momento em que os jovens possam se reconhecer enquanto cidadãos e participantes do processo político histórico social do país. Esse reconhecimento de sua cidadania se dá com uma atuação e participação na vida pública do Estado como vemos:

Numa democracia, os cidadãos não são apenas titulares de direitos já estabelecidos, e daí distingue a *cidadania passiva* - aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral da tutela e do favor - da *cidadania ativa* - aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos. (CHAUÍ, 1984, p.37).

A partir desse reconhecimento enquanto cidadão, os jovens passam a reconhecer como parte da sociedade na qual estão inseridos, e principalmente, passam a ter conhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos, que no Brasil são limitados por idade, como os exemplos a seguir: para que um jovem exerça seu direito ao voto, ele deve ter 16 anos completos, sendo facultativa sua execução; para casar-se o jovem deve ter 18 anos completos, mediante autorização dos responsáveis.

A elaboração de políticas públicas, de forma participativa, é algo recente, e caracteriza-se, numa redefinição da democracia representativa, isto é, através dos conselhos de direitos ou conselhos colegiados, permanentes e deliberativos, que são incumbidos da formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas, em âmbito federal, estadual e municipal.

Ao impor a criação de conselhos e vincular sua existência até mesmo para o repasse de verbas, o Estado na verdade promove o fortalecimento da cidadania e da participação da comunidade na gestão da coisa pública. Por esses processos, opera-se uma educação para a cidadania e um número maior de pessoas passa a controlar uma parcela de conhecimento sobre o funcionamento da máquina estatal. Por outro

lado, o fortalecimento dos movimentos populares nas décadas de 70 e 80, impulsionados pela Igreja Católica, que por meio de suas pastorais teve papel fundamental na constituição de entidades de defesa de direitos, foi fator essencial para a formação dos conselhos. *(fonte: www.dhnet.org.br)*

Assim, entende-se que se trata de uma nova institucionalidade do redesenho institucional do Estado, dando nova feição ao segmento comunitário, visto que os mesmos passam a possuir caráter compartilhado na formulação, gestão, controle e avaliação das políticas públicas.

Os conselhos funcionam de forma paritária, isto é, são compostos por membros da sociedade civil e membros do poder público. Os membros da sociedade civil são eleitos por seus pares. Os conselheiros desenvolvem uma atividade deliberativa e autônoma, que não pode ser partidária, isto é, não é vinculada a governos ou partidos políticos. De forma que seu vínculo se dê pelo interesse público e as necessidades de implementação dos direitos sociais dos segmentos que representam.

3.2. Nível Federal - Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)

A Política Nacional de Juventude é fruto da reivindicação de movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal; foi instituída por meio da Medida Provisória 238 de 1º de fevereiro de 2005, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei, criou-se também o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

A Secretaria Nacional de Juventude, além do papel de integrar programas e ações do governo federal, é a referência da população jovem no Governo Federal, como ocorre em vários estados e municípios do Brasil e em vários países que adotam políticas públicas voltadas para a Juventude. A nova Secretaria, que integra a estrutura da Secretaria-Geral, é responsável por iniciativas do governo voltadas para a população jovem, levando em conta as características, especificidades e a diversidade da Juventude. *(fonte: www.conjuve.org)*

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) é constituído por 20 representantes do poder público e 40 da sociedade civil. Sendo um órgão consultivo e de diálogo entre a sociedade civil, o Estado e a juventude brasileira, de forma que auxilie o governo Federal a implementar e formular suas leis atingindo os interesses da juventude brasileira, isto por influência, monitoramento e avaliação de suas ações políticas.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi criado por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2007, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental com vistas à promoção de políticas públicas para a juventude. O Conjuve é composto de sessenta conselheiros titulares, com um terço de representantes do governo e dois terços de representantes da sociedade civil organizada. (*fonte:www.conjuve.org*)

3.3. Nível Estadual - Secretaria Estadual da Juventude e Conselho Estadual do Jovem

No estado de São Paulo, atualmente não contamos com um Conselho Estadual de Juventude, sendo que as ações direcionadas a esse segmento social estão a cargo da Coordenadoria Estadual de Juventude, que ao contrário da estrutura dos conselhos, é formada por pessoas indicadas pelo poder público somente.

3.4. Nível Municipal – Coordenadoria Municipal de Juventude e Conselho Municipal do Jovem

A cidade de Sorocaba, foi uma das pioneiras a adotar, no ano de 2005, uma Secretaria Municipal de Juventude, porém após as eleições de 2012, e com o início da nova gestão, o reordenamento institucional da Prefeitura de Sorocaba, transformou a Secretaria Municipal da Juventude em uma Coordenadoria de Juventude, que está vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Os Conselhos Municipais de Juventude também não são uma realidade dentro do nosso estado e nem dentro do Brasil, segundo a Rede de Conselho Juvenis, no ano de 2010, existiam 105 conselhos de juventude (municipais e estaduais) no país, divididos nas seguintes regiões: na região Norte temos 4 Conselhos (3 Estaduais e 1 Municipal); na região Nordeste temos 50 Conselhos (5 Estaduais e 45 Municipais); na região Centro Oeste temos 5 Conselhos (5 Municipais); na região Sudeste temos 39 Conselhos (2 Estaduais e 37 Municipais) e na região Sul temos 7 Conselhos (1 Estadual e 6 Municipais).

4. SOBRE SOROCABA

A cidade de Sorocaba está localizada a 92 km de distância da capital do Estado, São Paulo e está localizada na região sudeste do estado, na latitude 23° 26' 16", situa-se sob o Trópico de Capricórnio, que corta o município.

Possui uma área territorial estimada de 456,0 km², sendo aproximadamente 76% (setenta e seis por cento) de área urbana e 24% (vinte e quatro por cento) de área rural; o clima da cidade é considerada subtropical, com predominância quente e temperado.

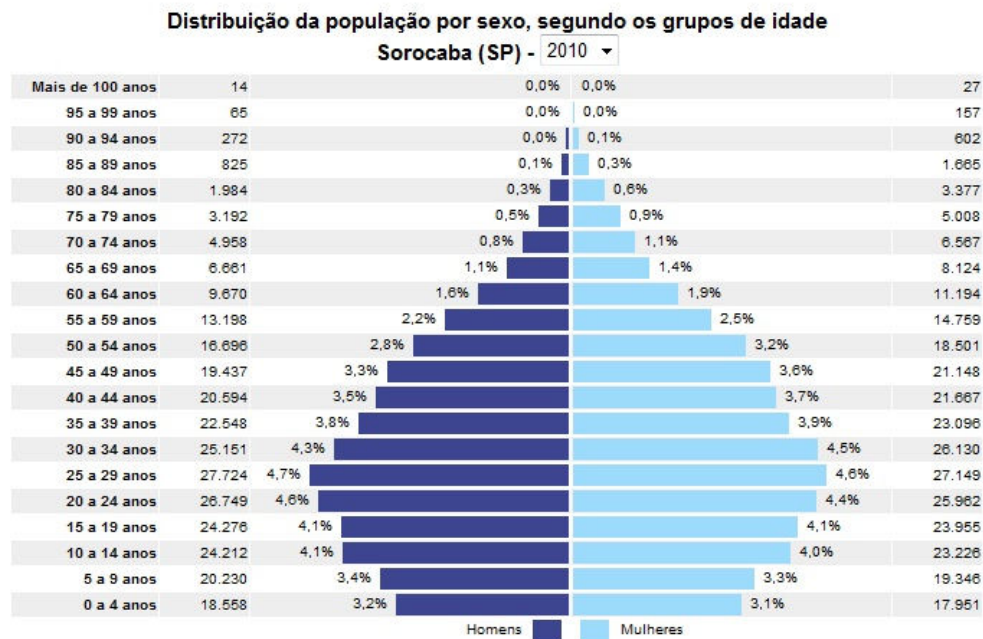
O governo municipal divide a cidade em regiões administrativas econômicas, sendo: Zona Norte; Zona Sul; Zona Leste; Zona Oeste e Zona Central.

Tem como fundador Baltazar Fernandes, que deu origem ao povoado que se transformaria na cidade, que atualmente é considerada a 7ª economia do Estado de São Paulo. Tendo uma localização privilegiada, tornou-se um centro de comércio, o comércio de muare, e adotou a cultura tropeira como base para a consolidação da cidade.

Facilitando assim a administração da economia e das diversas populações residentes na cidade; uma cidade com enorme potencial econômico, sendo considerado a 5ª cidade em desenvolvimento econômico do estado, com forte atividade industrial, e comércio, a sua economia apresenta inúmeros aspectos que facilitam e propiciam a instação de empresas na cidade.

Devido a proximidade com a capital, e a facilidade de acesso a mesma, tem se tornado um polo residencial para os trabalhadores da capital, que buscam no interior do estado, uma fuga das problemáticas das grandes cidades.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, a cidade possuía 586.625 habitantes, sendo 580.655 residentes na área urbana, e 5.970 residentes na área rural, isso equivale a 98,98% (noventa e oito vírgula noventa e oito por cento) da população total está alocada em área urbana, e apenas 1,02% (um vírgula dois por cento) na área rural. Apresentando também uma densidade demográfica de 1306.55. Já a população juvenil na cidade de Sorocaba, é de 51.231, jovens de 15 a 19 anos; e de 52.771, jovens de 20 a 24 anos; e de 54.873, jovens com idade de 25 a 29 anos; sendo que a população total está estimada em 586.625 habitantes, conforme a pirâmide populacional abaixo:



Fonte: www.ibge.gov.br, 2010

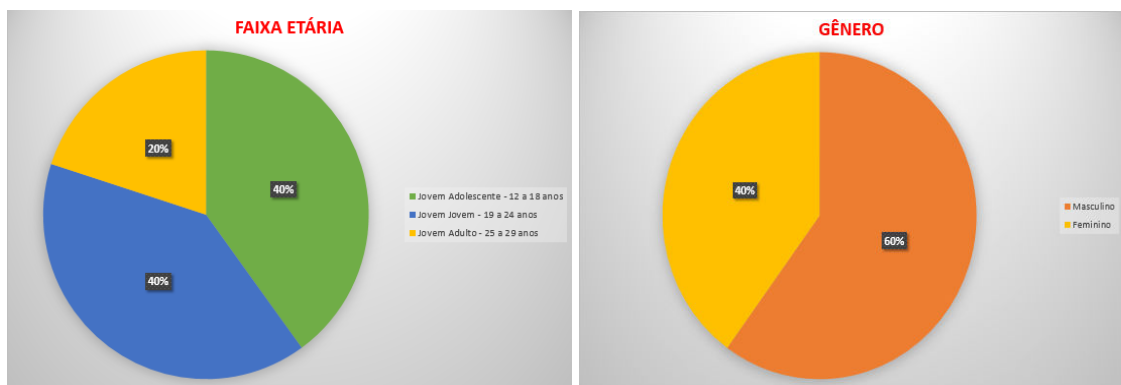
O quadro acima demonstra que o contingente populacional de jovens com idade de 15 a 29 anos da cidade, estimado em 158.875 jovens, representa uma parcela populacional de 27,08% (vinte e sete por cento) da população residente na cidade. Parcela expressiva da população que merece especial atenção por parte do poder público, na elaboração, formulação, gestão e efetivação de políticas públicas direcionadas a juventude.

O funcionamento do Conselho Municipal do Jovem em Sorocaba tem a seguinte composição: 1/3 dos membros da sociedade civil; 1/3 dos membros de entidades ou grupos juvenis e 1/3 dos membros indicados pelo poder público municipal, dentre estes são eleitos um/a Presidente, um/a Vice-Presidente e um/a Secretário/a, com gestão de periodicidade bianual, com possibilidade de recondução por igual período. Funciona com caráter consultivo, e é composto por 30 membros titulares e seus suplentes. A gestão é de duração bienal.

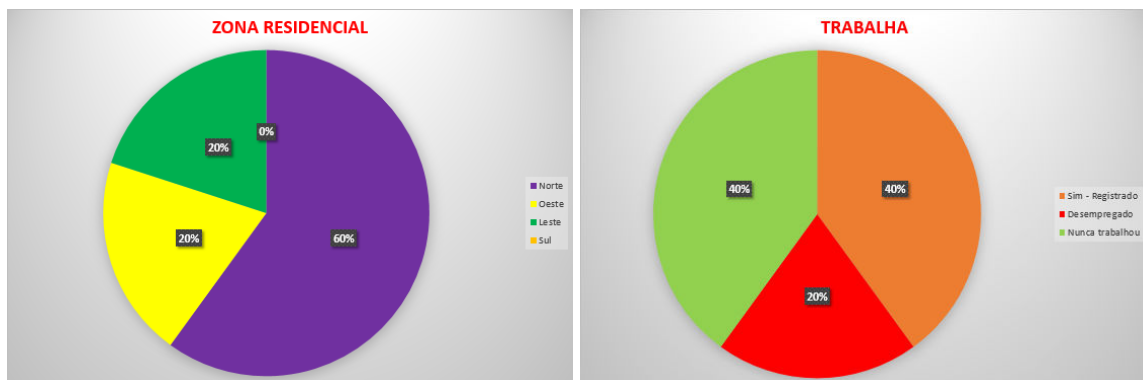
5. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, NA VISÃO DOS JOVENS CONSELHEIROS.

5.1. Apresentação e análise dos dados quantitativos

A nossa pesquisa foi dividida em 2 (duas) partes, uma qualitativa e uma quantitativa, a pesquisa foi enviada aos membros atuantes do Conselho Municipal do Jovem de Sorocaba (COMJOV) que compõem a gestão atual. Como membros atuantes, pudemos verificar através de atas de reuniões, 10 membros que participaram ativamente das últimas reuniões (janeiro, fevereiro e março), de modo que optamos por coletar a resposta de 5 deles, que foram os mais assíduos.

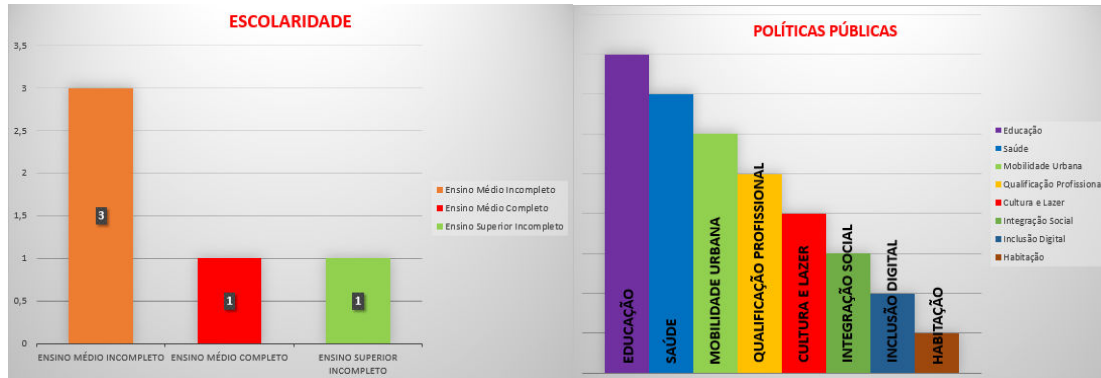


Os jovens pesquisados, no nosso universo de 5 jovens conselheiros/as de juventude da cidade de Sorocaba. E utilizando como classificação de juventude, a faixa etária conforme proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que classifica os jovens em 3 (três) grupos: Jovem Adolescente, de 14 a 17 anos; Jovem, de 18 a 24 anos; e Jovem Adulto, de 25 a 29 anos. Os jovens entrevistados tinham 16 e 17 anos (40%), 20 e 23 anos (40%) e 25 anos (20%). Sendo que 3 deles eram do gênero Masculino e 2 gênero Feminino.



As zonas residenciais que optamos por utilizar em nossa pesquisa são aquelas utilizadas pelo poder público municipal. Sendo que 60% (3 jovens) dos jovens residem na zona Norte da cidade; 20% (1 jovem) reside na zona Oeste; 20% (1 jovem) na zona Leste; 0%

(nenhum jovem) residem na zona Sul. Com relação ao trabalho podemos notar que 2 dos jovens (40%) estão empregados, 2 jovens (40%) nunca trabalharam e 1 jovem (20%) está desempregado.



Sobre a escolaridade, podemos ver que 3 dos jovens, estão com Ensino Médio Incompleto, 1 deles tem o Ensino Médio Completo, e 1 deles está no Ensino Superior Incompleto. Já as áreas de políticas públicas que eles consideram fundamentais são, em nível de prioridade, já que os mesmos as elencavam em ordem: Educação, Saúde, Mobilidade Urbana, Qualificação Profissional, Cultura e Lazer, Integração Social, Inclusão Digital e Habitação.

5.2. Apresentação e análise dos dados qualitativos

Para a segunda parte da nossa pesquisa continuamos com o mesmo universo da primeira parte 5 (cinco) jovens conselheiros. Para a escolha desses membros, utilizamos como critério a assiduidade nas reuniões do Conselho Municipal de Juventude, verificada através das atas de reuniões ordinárias, que ocorrem uma vez ao mês.

O que te motiva a participar do Conselho Municipal de Juventude?

Sempre gostei do tema Política, e no ensino médio, tive um professor que motivou os alunos a buscar entender como funciona a política, dessa forma acabei conhecendo o Conselho Municipal de Juventude, há 2 anos, e fui eleito conselheiro o ano passado. *Sujeito 1*

Sempre participei, dentro da igreja, da Pastoral da Juventude, e neste ano, em assembléia, fui indicado pelos meus amigos a representar a mesma junto com

Conselho Municipal de Juventude, apesar de não ter experiência anterior, só mesmo curiosidade e gosto pelo tema das políticas públicas, que aceitei o desafio. *Sujeito 2*

Tenho interesse e gosto do tema Juventude, participei sempre ativamente dos espaços de construção coletiva, já fiz parte do grêmio da minha escola, aí, buscando me aprofundar, conheci um jovem que participava do conselho, e ele me levou a conhecer, isso foi há 1 ano. Como a participação de jovens ainda é pouca, fui eleito como conselheiro na última eleição, pela sociedade civil. *Sujeito 3*

Meu pai sempre fui um ativista dentro de partido político, eu acabei me aproximando, me identificando, e acredito que como Conselheiro posso também lutar pelos meus ideais. *Sujeito 4*

A minha formação profissional, estudo Serviço Social, me motivou a me aprofundar mais sobre as políticas públicas, sempre tive interesse no tema, e o conselho de juventude aconteceu, por influência de um amigo, que já foi conselheiro, conheci há 3 anos, porém só estou me dedicando como conselheiro desde à última eleição. *Sujeito 5*

Tendo por base as respostas dos jovens colocadas com relação a questão de número 1, vemos que todos eles apresentam certa afinidade com o tema das políticas públicas, sendo que esse interesse nasce na família e/ou grupos juvenis que participam. São todos novos conselheiros, não tem nenhum conselheiro da gestão anterior a eles, sendo todos eleitos na última eleição, realizada em junho de 2013.

Como você enxerga o papel do Conselho de Juventude? Para que ele serve?

Acredito no Conselho como um espaço de articulação e discussão sobre as Políticas Públicas, principalmente aquelas direcionadas aos jovens, porém é difícil estabelecer uma relação com o Poder Público. *Sujeito 1*

Eu vejo o Conselho como um espaço de encontro, entre os mais diversos grupos juvenis que existem na cidade, tanto que o grupo que participo, me indicou para representa-los, é um espaço bacana de troca de experiências, e discussões, sobre as políticas públicas e sobre o próprio jovem. Estamos sempre tentando fazer alguma coisa para melhorar. *Sujeito 2*

Acho um espaço bacana, apesar de sentir falta da participação dos jovens, são poucos os jovens que se motivam a participar, eu mesmo tinha trazido mais 2

amigos a participar comigo, porém eles nem sempre conseguem, afinal as reuniões são sempre em horários complicados, mas eu sempre acho um jeito de estar junto, e de poder colaborar. *Sujeito 3*

Acredito que o conselho deveria funcionar melhor, ser mais incentivado pelo poder Público, porém isso não acontece, eu mesmo já me senti desanimado, porém não desisti, pois acredito que temos que ocupar os espaços, se queremos mudar alguma coisa. *Sujeito 4*

O espaço do Conselho é bem legal, e tem me proporcionado muito conhecimento além da troca de experiências com os demais conselheiros, é um espaço legal, apesar da pouca participação e muitas vezes das inúmeras dificuldades que encontramos para desenvolver alguma coisa. *Sujeito 5*

Quando questionados sobre o papel do Conselho Municipal de Juventude, a grande maioria dos jovens, cita que é um espaço positivo de troca de experiências e construção coletiva, alguns citam as dificuldades para uma melhora do papel do mesmo, como a falta de participação dos jovens, ou mesmo o não incentivo por parte do Poder Público.

O que você entende por Controle e Participação Social? Você acredita que o Conselho cumpre seu papel?

Olha, entendo que Participação é você estar junto, participar, agora Controle Social, bem isso não sei muito não, acho que é fiscalizar o governo, né. Bem aqui no Conselho as duas coisas a gente têm dificuldade, a participação, que ainda é muito pouca por parte dos jovens, e controle, bem isso a Prefeitura faz questão de frisar que somos um conselho consultivo. *Sujeito 1*

Bem, sobre Participação é o cidadão tomar parte, estar junto, como fazemos nós aqui, que somos conselheiros; sobre Controle Social, é estar de olho nas ações e políticas que são feitas pelo Poder Público. Bem aqui no Conselho, posso dizer que aqueles que realmente participam, tentam também fazer esse Controle. *Sujeito 2*

Olha, é difícil falar de uma coisa assim, só o que posso dizer é que eu participo e também cobro, não somente como conselheiro de juventude, mas como cidadão. *Sujeito 3*

Bem, como falei, também sou militante dentro de um partido político, que não é o mesmo do Poder Público, então sempre fico de olho, na forma como eles fazem as

coisas, principalmente em como gastam os dinheiro. Sobre participação, bem acredito que os jovens estão desmotivados, toma como exemplo as manifestações do ano passado, muitos deles nem sabiam o que estavam fazendo nas ruas. *Sujeito 4*

Bem essas duas coisas, Participação e Controle Social, são fundamentais quando falamos em políticas públicas, afinal de contas, sem elas, o Poder Público poderia, como faz muitas vezes, nem ouvir a população sobre as suas necessidades, mas nós temos que tomar consciência que também temos que cobrar, seja a forma como as políticas são feitas, seja por maiores espaços de participação. *Sujeito 5*

Para os jovens, os conceitos de Participação e Controle Social, ainda são distantes da sua realidade, mesmo reconhecendo o espaço do Conselho como um espaço de participação, muitos salientam os entraves junto ao Poder Público, seja para efetivar e ampliar a participação, seja para auxiliar o mesmo quando o tema são as políticas públicas de juventude. Porém, podemos perceber que para todos eles esses conceitos ainda estão em níveis superficiais. E deveriam ser melhor trabalhados pelo Poder Público, como forma de garantir uma melhora na formulação, execução e avaliação das Políticas Públicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse estudo sobre a Participação e Controle Social, dentro do universo do Conselho Municipal do Jovem, na cidade de Sorocaba, pude observar que ambos os temas ainda encontram dificuldade para que sejam trabalhados de maneira efetiva, nestes espaços. Seja por desconhecimento dos próprios atores sociais, os jovens; ou mesmo pela não motivação na participação e controle social, por parte do Poder Público local, esses temas ainda estão longe de serem uma unanimidade para os jovens.

E pensando que se dentro do espaço do Conselho Municipal do Jovem, estes temas ainda é encontram dificuldades de serem trabalhados, a pergunta que fica é na população em geral, nos inúmeros cidadãos, que compõem a nossa sociedade.

Dessa forma, é importantíssimo, como agora especialistas que nos tornamos em Gestão e Políticas Públicas, procurar ampliar a Participação e Controle Social, sempre buscando os eixos norteadores de que eles propiciam e fortalecem a democracia como um todo.

Sei que o universo pesquisado é pequeno e limitado, porém, agora inserido no Mestrado, procurarei ampliar aos demais conselhos de direitos existentes na cidade de

Sorocaba, para verificar se essa relação micro (dentro do Conselho Municipal do Jovem), se propaga nos demais conselhos da cidade.

A redemocratização, devolveu aos cidadãos oportunidades e formas de discussão, melhora, e aperfeiçoamento sobre Gestão Pública, tudo isso aliado com as novas tecnologias, e as leis que ampliam a participação, acesso, e controle por parte dos cidadãos, tem intrínseco em seu interior, a oportunidade de transformação social, na luta por uma sociedade mais justa, igualitária, e que mesmo com suas diferenças, consiga incluir e garantir a todos que seus direitos sejam respeitados, e que o Poder Público local, Estadual e Federal, não se perca em desejos pessoais, personificando as relações, e enfatizando o individualismo, ao invés do coletivo e do igualitário a todos e todas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Participação Cidadã nas Políticas Públicas**, in Participação Cidadã – Novos Conceitos e Metodologias, Fundação Konrad Adenauer, 2004.

BANCO MUNDIAL RELATÓRIO N. 32310-BR, BRASIL, **Jovens em Situação de Risco no Brasil**, Volume I: Informações Preliminares sobre Políticas, 10 de janeiro de 2006.

BANDEIRA, Pedro. **O Capital Social e a Atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, 2003.

BAQUERO, Marcelo. **Alcances e limites do capital social na construção democrática**. In: BAQUERO, Marcelo (org). Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGRS, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE): **Natureza, Composição e Funcionamento**, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 jun. 2011.

BRASIL, **DECRETO-LEI N. 2.072** – 8 de marco de 1940.

BRASIL. **ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. Brasília, DF, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16 jul. 2011.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, DF, 2006. Disponível em <http://www.secretariageral.gov.br>. Acesso em 13 mar. 2011.

BRASIL. Política Nacional de Juventude: **Diretrizes e Perspectivas**, 2006.

BRASÍLIA. **GUIA de Políticas Públicas de Juventude**, Brasília: Secretária-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p.: il.

CAMPOS, Rosana Soares. **Participação – um ponto de equilíbrio na balança social brasileira**. Falta Estado 2004.

CASTRO, Mary e ABRAMOVAY, Míriam. **Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas**. Brasília: RITLA, 2009.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Moderna, 1984.

CORDEIRO, Rui Mesquita. **Tendências para entender a Juventude**. Local: editora, 2006.

DICK, Hilário. **Gritos Silenciados, mas evidentes. Jovens construindo juventude**. São Paulo, Editora Loyola, 2003.

DICK, Hilário. **Visibilidades Juvenis**. Goiânia, Casa da Juventude, 2010.

FREITAS, Maria Virginia & CARVALHO, Fernanda de. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo, Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. Cortez Editora, São Paulo, 2001.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**, 2001.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**, São Paulo, 2010

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – **Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano**, 2010.

PROJETO JUVENTUDE. **Instituto Cidadania**, 2004.

ROCCO, Jon Savage. **A Criação da Juventude**. São Paulo, Rocco, 2008.

SAMPAIO, Helena & CARDOSO, Ruth. **Bibliografia sobre a Juventude**. São Paulo, Edusp, 1995.

SÃO PAULO. **Guia Políticas Públicas de Juventude**. Disponível em: www.saopaulo.sp.gov.br. www.juventude.sp.gov.br. Acesso em 20 jul. 2011.

SÃO PAULO. **Guia Políticas Públicas de Juventude**. Disponível em: www.saopaulo.sp.gov.br. [www.juventude.sp.gov.br / minha_cidade_sorocaba](http://www.juventude.sp.gov.br/minha_cidade_sorocaba). Acesso em 20 jul. 2011.

UNESCO-OREALC. **Políticas públicas de, para, com as juventudes**, 2001.

UNESCO-OREALC. **Políticas públicas de, para, com as juventudes**, 2004.

UNESCO-OREALC. **Políticas Públicas de/para/com juventudes**, 2005.

<http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/guiajuventude.pdf> acesso em 12/09/11

http://docs.google.com/viewer?url=http://www.casadajuventude.org.br/media/artigo_juventude_protog. Acesso em 15/09/2011

<http://www.conaje.com.br/noticias/artigos/54-representatividade-conaje-no-conselho-nacional-de-juventude-conjuve> acesso em 12/09/2011

<http://conjuve.org> acesso em 21/08/2011

<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/politicapublica/patriciamassa.htm> acesso em 28/10/2011

<http://www.juventude.sp.gov.br> acesso em 15/09/2011

http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3371&lay=pde
acesso em 30/08/2011

<http://www.sorocaba.sp.gov.br> acesso em 29/08/2011

<http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/arquivos/EstatutodaJuventudecomentado.pdf>
acesso em 14/09/2011

<http://www.ultimo.com.br/revista/artigos/321/o-que-e-conjuve> acesso em 12/09/2011